

ATA N.º 4/2025

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE
20 DE MAIO DE 2025**

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, no auditório do Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria. Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram **presentes** os seguintes deputados municipais:

1. Abel Oliveira Vieira;
2. Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
3. Adriano Barreiro Neto;
4. Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho;
5. António Ferreira Pereira de Melo;
6. António Lacerda Sales;
7. Carlos Alberto Garcia Poço;
8. Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra;
9. Céline Moreira Gaspar;
10. Cristiana Duarte Pinto;
11. Eugénia Maria de Jesus Costa;
12. Fábio Micael Costa Bernardino;
13. Fernando Paulo Mateus Elias;
14. Hilário Pereira Estrada;
15. Hugo Miguel Heleno Morgado;
16. Joana Maria de Brito Cartaxo;
17. Jorge Alberto Moreira dos Santos Bernardino;
18. José Artur das Neves Ferreira;
19. José Carlos Matias;
20. José da Silva Alves;
21. José Manuel da Cunha;
22. Júlio Paulo Videira de Jesus;
23. Luís Manuel Coelho Prata;
24. Luís Paulo Pereira Fernandes;
25. Manuel António Azenha dos Santos Pereira;
26. Manuel Oliveira Carreira;

27. Maria Alexandra Faria Fernandes Silva Serôdio;
28. Maria Margarida Guarda Verdades de Sá;
29. Mário de Sousa Gomes;
30. Mário João Ley Garcia;
31. Mário Rodrigues;
32. Marta Sofia Sampaio de Sousa Violante;
33. Nelson Manuel Carreira Ferreira;
34. Paula Cristina Pires Marques Jorge;
35. Paulo Alexandre de Jesus Clemente;
36. Paulo Pedrosa Pedro;
37. Pedro António Amado da Assunção;
38. Raul Testa Fortunato Faustino;
39. Renato José dos Santos Cruz;
40. Sandro Miguel Monteiro Ferreira;
41. Sofia da Silva Francisco;
42. Susana Margarida Martins Sequeira Bertão;
43. Telmo Filipe Moreira Marques;
44. Tiago António Leal Duarte;
45. Tiago Manuel Pereira dos Santos;
46. Tiago Miguel Gago dos Santos;
47. Vítor Manuel Casimiro Matos.

Estiveram presentes os seguintes **membros do executivo**:

- Álvaro José Madureira;
- Ana Catarina de Moura Louro
- Ana Margarida Félix Valentim;
- Branca da Conceição Oliveira e Silva Meireles de Matos;
- Carlos Jorge Pedro Simões Palheira;
- Daniel Rodrigues Marques;
- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Luís Manuel da Silva Almeida Lopes
- Ricardo de Jesus Gomes;
- Ricardo Miguel Faustino dos Santos.

Os seguintes deputados municipais **solicitaram a sua substituição**:

- Manuel Carreira Bernardes da Cruz (PS), substituído por Ricardo José Cordeiro Abreu;

Faltaram os senhores deputados Artur Rogério de Jesus Santos (UF Colmeias e Memória), Oriana Cláudia Ferreira Cristóvão (Freguesia da Caranguejeira) e Telma Carreira curado (PS).

A sessão foi presidida pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, António Lacerda Sales, pelo senhor **1º Secretário da Mesa**, José da Silva Alves, e pela senhora **2ª Secretária da Mesa**, Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra.

Havendo “quórum”, foi pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal** declarada aberta a sessão, eram **21h06** horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

Ponto único - VIII Modificação ao Orçamento Municipal para o ano de 2025 -
Apreciação, discussão e votação.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** a todos cumprimentou e deu início à sessão começando a senhora **2ª Secretária** por efetuar a chamada de modo a verificar-se se já existia quórum para se poderem iniciar os trabalhos.

****** PERÍODO DA ORDEM DO DIA ******

Ponto 1 - VIII Modificação ao Orçamento Municipal para o ano de 2025 -
Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

"Muito boa noite, senhor Presidente da Assembleia, caros membros deputados da Assembleia Municipal, público que está a assistir, quer aqui, quer em casa, O objetivo desta, desta Assembleia, que tem um ponto único, tem como principal função provocar uma alteração ao nosso orçamento deste ano que tem, sobretudo, implicações em anos futuros e, portanto, como é uma obrigação e competência da Assembleia provocar e aprovar, ou não, hoje marcámos esta reunião com esse objetivo. Resulta de um projeto que tem implicações plurianuais, não são muitos os projetos que têm esta dimensão anual, com tantos anos, este acontece porque é, de facto, uma obra que tem uma dimensão, um impacto orçamental que se divide por vários anos e, portanto, o que nós estamos hoje a afinar com esta alteração ao orçamento é colocar a obra do topo norte num período de execução que terá início no próximo ano e que se irá prolongar por mais de um ano e, portanto, irá terminar com uma cadêcia que esperemos relativamente rápida, de modo a estar incluída dentro daquilo que é o período dos fundos comunitários, portanto, a nossa tentativa de tentarmos antecipar esta alteração e não a deixar para mais tarde,



eventualmente para depois das eleições, é que se consiga que durante este ano ainda se lance o concurso e que se escolha a empresa que irá começar a obra no próximo ano, portanto, como não temos muito tempo para cumprir a obra se quisermos candidatá-la a fundos comunitários, uma vez que o quadro comunitário terá uma duração relativamente curta, teremos que antecipá-la o mais rápido possível e, portanto, optámos por fazer esse, uma Assembleia com este objetivo. Por outro lado, temos a, temos a necessidade de candidatar esta obra pelo menos a 2 fundos de financiamento, um deles tem a ver com o projeto de redes urbanas a que chamamos de "Rumos" aonde o município de Leiria é líder de um consórcio, com investimento em vários municípios, e que tem como base de partida aquilo que é o desenvolvimento e melhoria daquilo que é a mobilidade nos concelhos e essa candidatura inclui para além de investimento nas áreas associadas ao investimento de material circulante é colocar também no topo norte um conjunto de serviços e um conjunto de atividades económicas muito associadas à temática da mobilidade e também da economia circular, pronto, que é uma, um dos argumentos válido para essa candidatura. Para além disso, para além dessa candidatura é nossa intenção de candidatar também a fundos comunitários já não da, do fundo comunitário associado às ITES's urbanas, onde estão incluídos outros municípios em consórcio, mas também a fundos da própria programação inerente ao concelho de Leiria relacionados com as zonas empresariais e reabilitação urbana onde iremos completar aquilo que será o nosso objetivo de alcançar 5 milhões de euros para concretizar a obra. A obra tem um volume de investimento de 18 milhões de euros naquilo que é a atualização do projeto atual, este projeto já tem uma existência de alguns anos desde que, desde que foi aprovado e neste calendário há aqui ainda um fator importante que é atualizar o projeto, rever o projeto e atualizá-lo naquilo que é o enquadramento legal atual uma vez que poderá haver especialidades que podem não estar de acordo com aquilo que é a exigência dos dias de hoje, portanto, ainda vamos ter que fazer esse trabalho de atualização do projeto e, por isso, o nosso objetivo é uma vez que temos este fundo comunitário já com uma possibilidade de aprovação que poderá ajudar a fazer este investimento é importante iniciarmos e termos preparado aquilo que é a ferramenta principal para lançar um concurso que é ter a garantia de que temos fundos ao longo dos anos para o financiar. Para além disto, o que é que, o que é que eu gostaria de acrescentar sobre a importância da obra? Sobre o timing já expliquei, o timing tem que ser, se quisermos que ele beneficie de fundos comunitários temos que o acelerar porque é uma obra que tem uma duração de 4 anos, eventualmente 5 e, portanto, é mesmo o término dos fundos comunitários, portanto, não podemos aguardar um ano, temos que o acelerar. Por outro lado, há também, no nosso entender, uma lacuna no mercado, no que diz respeito ao mercado de escritórios, não é? Serviços, que vai ter tendência para crescer no futuro, não é? Vão haver empresas que vão querer fixar as suas atividades em edifícios



como este, que já existem noutras cidades, nomeadamente, Lisboa e Porto e alguns desses serviços associados às áreas tecnológicas, às áreas de inovação, às áreas de investigação, desenvolvimento de produto vão querer encontrar concelhos como o nosso, que têm universidades próximas para dar suporte a este novo tipo de profissões e se não tivermos um edifício destes também nos próximos tempos muitas destas empresas poderão escolher outros concelhos, outras universidades para fixar os seus negócios. Nós temos assistido nos últimos anos a um crescimento de empresas de base tecnológica no concelho, geralmente têm-se fixado em lojas em centros comerciais, estou-me a lembrar da Void no centro comercial Dom Dinis, estou-me a lembrar de uma empresa multinacional francesa que se instalou nos Jardins do Lis, estou-me a lembrar da última "Generation", que tem atualmente 40 funcionários, instalou-se em lojas, escritórios de uma antiga clínica em frente aos bombeiros municipais, ou seja, há, de facto, uma tendência para que empresas de escritórios possam procurar cidades como a nossa e, portanto, estou convencido que estas áreas de construção ligadas a escritórios vão ter procura das empresas. Porque é que não avançamos mais cedo com fundos próprios e estamos aqui na expectativa de angariar fundos? Este investimento tem algum risco, é um investimento que tem um retorno que pode ser um retorno relativamente longo, nós temos saúde financeira para o fazer, mas quanto mais segurança tivermos melhor e, portanto, como disse ao longo deste mandato nós uma parte do topo norte já fizemos a torre das Finanças, está em curso e vamos receber de renda aproximadamente 8 euros por metro quadrado, o que permite recuperar o investimento em menos de uma década e depois fica nosso, quer dizer, o edifício é nosso, mas fica pago, não é? Depois a seguir aí é lucro, mas depois temos de fazer manutenção, naturalmente. Gostaríamos de ter encontrado mais empresas que fizessem um pré-acordo de arrendamento, mas é difícil porque são volumes muito elevados, portanto, temos de avançar com a obra e a seguir captar empresas para o espaço, é um pouco parecido com fazer uma zona industrial, fazer loteamentos e depois encontrar empresas para preencher os lotes, não é? Pronto, algumas são mais rápidas consoante o sítio, consoante a oportunidade, eu acho que este espaço vai gerar procura, poderá demorar algum tempo a encontrar empresas, nós temos algumas empresas que já manifestaram vontade de instalar os seus negócios lá, no entanto, quanto mais apoio financeiro comunitário tivermos mais tranquilo fica o nosso investimento, não é? Portanto, se conseguirmos captar os 3,5 milhões de euros da, desta candidatura à ETI Urbana, tem a ver com a temática da mobilidade urbana, e cujo objetivo é financiar o rés-de-chão do edifício e o 1º andar e deixarmos depois os pisos de cima para um novo fundo comunitário que, em princípio, será o de reabilitação ou o relacionado com zonas empresariais e se conseguirmos alcançar este valor, este objetivo de 5 milhões de euros numa obra de 18 milhões temos um financiamento próprio de à volta dos 13 milhões, esses 13 milhões terá que ter um retorno que vai demorar ainda

algum tempo e é por isso que não o fizemos de início, não nos lançamos logo na obra de 18 milhões de euros e aguardámos pela evolução dos financiamentos comunitários e do quadro comunitário que agora está em velocidade de arranque, em bom rigor este quadro comunitário que é 2030 em bom rigor nunca começa, nunca começa no final do quadro comunitário, começa sempre um bocadinho atrasado, depois pelo meio meteu-se o PRR, que também está a ser objeto de financiamento de outros projetos e, portanto, há aqui uma dinâmica que tem a ver com os arranques dos quadros comunitários, portanto, esta é a altura para começarmos a captar financiamento. O edifício em si, como, como já foi várias vezes apresentado e, portanto, não vou aqui repetir, terá, será também uma oportunidade de limpar e corrigir aquilo que é uma mancha que temos no Estádio, portanto, curiosamente hoje a Assembleia até é feita no estádio e estamos a falar sobre o estádio, a história do estádio e é por demais conhecida pelos deputados municipais e pelos leirienses, portanto, é uma obra que marcou vários mandatos e várias gerações de investimento, só agora é que estamos a conseguir baixar o volume da dívida inferior a 10 milhões de euros e, naturalmente, há uma parte do estádio que ficou por preencher e por fazer que é o topo norte em que na altura em que se planeou o estádio previa-se que a câmara conseguia ter ali retorno financeiro de cerca de 30 milhões de euros com a sua venda ou com a sua alienação ou com a construção de um centro comercial. Como sabem, esse topo norte esteve disponível para esses fins, houve quem tivesse ficado com essa responsabilidade de desenvolver não só um multiusos, o topo norte do estádio, outros investimentos, mas a partir do momento em que se entrou em crise em 2008 e também a partir do momento em que o centro comercial Leiria Shopping faz a sua ampliação os interessados em ter uma nova superfície comercial em Leiria desistem do processo e, portanto, ficámos sem solução para o topo norte, houve uma tentativa ainda já no mandato, no nosso mandato de vender o espaço, mas que depois em hasta pública, mas depois não teve procura, não houve ninguém interessado em comprar, fizemos várias insistências com fundos de investimento internacionais e, portanto, não era a altura porque também não havia liquidez financeira, também não havia a confiança que há hoje e, naturalmente, acerca de, de 6 anos começámos a planear aquilo que é a adaptação do estádio, do topo norte do estádio não para o comércio, mas para os serviços e começámos a desenvolver esta ideia do Leiria Innovation Hub que era um espaço que era constituído por escritórios, ecossistema de empresas com a captação de investimentos nesta área, mas percebeu-se também que nenhuma empresa desta área nos dias de hoje, ligada às tecnologias de informação, serviços, é o que está a acontecer com a Generation, com o pessoal que vai para a Start-up Leiria, ninguém compra, só paga renda, portanto, teríamos de ser nós a arriscar a obra, pronto, aí começámos a planear, começámos a fazer aquilo que era, visitámos muitos, muitos escritórios em Lisboa, fizemos bastante benchmarking na área, definimos aquilo que

deveria ser a sua organização do espaço, portanto, o projeto estava relativamente consolidado e estava a aguardar financiamento que surge agora, o que acontece é que com este tempo todo o projeto precisa de ser melhorado, vai ter que ser atualizado, como disse, vamos ter que consolidar as candidaturas e depois de conseguirmos cumprir com estas duas situações estamos em condições de lançar concurso e cumprir com a obra, pronto. Volto a dizer, é o maior investimento municipal a seguir ao estádio, claro, é um investimento produtivo, reprodutivo, porque vai gerar receitas ao contrário de outros quando se faz uma escola ou quando se faz uma piscina ou quando se faz um pavilhão, as escolas não libertam nada, pronto, os outros equipamentos desportivos ou culturais, quando se faz um museu a gente o que recebe não dá para pagar aquele espaço nunca na vida nem para a despesa corrente dá, este espaço eu acho que a gente vai, vai gerar receita para ir abatendo ao investimento, mas o tempo vai depender muito da evolução da economia e vai, vai também depender muito daquilo que é a atratividade de Leiria para este tipo de empresas. Estou seguro de uma coisa, é se as empresas não aparecerem o espaço vai ficar vazio, pronto, porque hoje quer serviços públicos, quer serviços municipais, quer outro tipo de empresas ou outro tipo de entidades precisam de espaços centrais para poder desenvolver atividades e, portanto, haveremos de ter sempre um plano B, C e D porque se estiver pronto nós vamos usá-lo, a minha perspetiva é que vai ter ou vamos ter sucesso na captação de empresas da área tecnológica, mas haverá sempre espaço para ter formação superior, centros de investigação, salas de formação, portanto, podemos ter sempre escapatórias, é importante perceber que um investimento em escritórios é um investimento relativamente polivalente e versátil ao contrário de quando se faz um pavilhão multiusos só dá para pavilhão multiusos, embora seja multiusos ou dá para desporto ou dá para cultura ou para congressos, não dá para pôr lá uma empresa fixa dentro e aqui a gente consegue ter esta maleabilidade e, portanto, hoje o pedido de aprovação da Assembleia é que autorize a mudança do orçamento deste ano e dos próximos anos, que vai ter implicações já no mandato futuro, e com novos protagonistas, quer na Assembleia, quer na câmara ou não, não sabemos, mas que ficam com esta, ficam já com este tipo de alteração, eu estou convencido que se não fizéssemos agora esta reunião e se não aproveitássemos isto eventualmente, nós vamos ter uma Assembleia em junho, a Assembleia em Junho é sempre uma assembleia ordinária com não sei quantos pontos da Ordem de Trabalho, portanto, íamos esgotar praticamente tudo, perderíamos o mês e a de setembro, praticamente, é de eleições, não se pode tomar decisões, não é? Já estamos num período, eu acho que é de setembro, não é? Que pode colidir com as eleições e pode não se realizar, portanto, optámos por fazer esta reunião extraordinária para tratar de um assunto de extrema importância, onde se possa discutir e apresentar as ideias, quer do Executivo e esclarecer os senhores deputados para que haja uma votação esclarecida sobre

um orçamento que tem implicações futuras, no entanto, nós não estamos a autorizar despesa hoje, só se autoriza despesa quando se lançar concurso e quando tivermos este trabalho feito, ou seja, hoje não estamos a contratar, estamos a dar hipóteses que, que este Executivo ou o futuro possa usar este orçamento e os futuros para poder lançar concurso sem ter que marcar uma Assembleia no período a seguir às eleições porque a seguir às eleições há um período de constituição da Assembleia, há um período de orçamento, ou seja, vamos ter ali um período muito complicado onde não íamos perder, íamos perder praticamente meio ano, nós estamos no mês 5, portanto, optámos fazer a extraordinária, peço desculpa pelo transtorno, mas achamos que podíamos deixar este assunto já encerrado e dar abertura para conseguirmos não só fazer candidaturas, rever o projeto e lançar concurso depois destas etapas estarem concluídas.

Muito obrigado, senhor Presidente.”

Intervenção do senhor deputado Pereira de Melo - PSD

Transcrição:

“Pereira de Melo – PPD/PSD.

Boa noite, na pessoa do senhor Presidente desta Assembleia cumprimento todos os presentes de um modo real ou virtual.

O ponto único a discutir nesta sessão tem o título:

“VIII modificação ao orçamento municipal para o ano de 2025.”

Estranhamente, o Ponto número 7 da reunião ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia 29 de abril de 2025, isto é a reunião imediatamente anterior a presente, tinha o título “VI modificação ao orçamento municipal para o ano 2025.”

Verifica-se deste modo ter existido uma modificação do orçamento municipal para o ano 2025 que não passou por esta Assembleia e que seria intitulado “VII modificação ao orçamento municipal para o ano 2025.” Há uma modificação que não passa nesta Assembleia. Embora tal acontecimento seja possível, se a alteração ou alterações constantes da VII modificação se enquadrarem dentro das situações que não carecem de aprovação desta Assembleia. Não sei se a VII existiu, se não existiu, se tinha que vir à Assembleia, se não tinha porque tudo isso é omissa.

Contudo não me espanta que tal não tenha sido o caso de não ter vindo, uma vez que o Executivo Camarário não tem mostrado grande consideração por esta Assembleia.

O documento apresentado pelo Executivo como justificativo deste pedido de alteração é omissa em relação ao motivo das alterações concretas do orçamento que pretendem efetuar. O senhor Presidente da Câmara apresentou agora aqui alguns dados que me deixaram um bocadinho mais baralhado como vamos ver a seguir.



Apenas através da leitura da súmula, que foi distribuída, é possível obter alguma informação relativa aos pedidos de alteração concretos sem, contudo, também esta súmula, não apresentar justificações para os pedidos.

Assim em relação ao PPI - (Plano Plurianual de Investimentos) - a súmula informa que a alteração visa as seguintes obras:

- Centro associativo e de negócios – a instalar no topo norte do estádio municipal;*
- Infância - apoios diversos ao investimento.*

Em relação ao PAM - (Plano de Atividade Municipal) - é-nos informado que as alterações visam reforçar o seguinte:

- Cemitérios - aquisição de serviços (não ouvi o senhor Presidente falar agora nisso, mas...);*
- Proteção animal apoio a atividades (será para compensar o PAN? Não sei.);*
- Ações no âmbito de descentralização - área social (o grande projeto que o senhor Presidente acabou de apresentar não está em nenhum destes pontos. Possivelmente, estará no centro associativo, mas vamos ver à frente.)*

Analisando os quadros juntos ao pedido de modificação de orçamento podemos concluir que à semelhança do que sucedeu na reunião anterior nada se altera no relativo ao orçamento de 2025 apenas novamente aparecem alterações para os anos seguintes período em que este Executivo já não estará no poder pois corresponderá a novo mandato.

Analisando o primeiro mapa apresentado verifica-se que apenas para 2026 aparecem listadas alterações, pouco significativas, em relação ao PAM (Plano de Atividade Municipal) - nomeadamente na proteção animal 25,000 €, na ação social 100,000 €, na proteção do meio ambiente 25,000 € e nos cemitérios aquisição de serviços 25,000 €.

Comparando os novos valores para 2026 com os correspondentes a 2025 verifica-se que os valores atribuídos são substancialmente inferiores o que nos leva a desconfiar que possivelmente os novos valores apenas se destinem a outros fins, por exemplo, ajudar, junto das freguesias, as campanhas eleitorais que se aproximam.

O segundo quadro diz respeito a alterações do PPI (Plano Plurianual de Investimento).

Neste quadro verifica-se que para 2026 é proposta uma alteração significativa de 800 mil euros para cada um dos seguintes pontos, isto é, 800 mil euros para cada um dos pontos, ação social, infância e diversos investimentos. De acordo com a súmula só temos aqui um bocadinho relativo ao topo norte.

Isto em prejuízo, portanto, estes 800 mil euros para cada um destes pontos, ação social, infância e diversos investimentos, valores muito superiores ao que tínhamos anterior aparecem em prejuízo de transportes e comunicações, transportes rodoviários, rede viária de sinalização e construção e beneficiação e manutenção de vias, portanto, vai haver uma perda muito elevada nestes pontos que dizem respeito a mobilidade, isto é, está-se a retirar dinheiro da mobilidade para a ação social, isto é capital para despesas correntes.

É de notar que a retirada de dinheiro da mobilidade, na ordem de milhões de euros, é também proposta para os anos 2027, 2028 e 2029. Portanto, a mobilidade irá sofrer uma perda de milhões de euros de acordo com esta proposta.

Verifica-se ainda que o investimento no centro associativo e de negócios a instalar no topo norte do estádio sofrerá uma interrupção no ano de 2026. O senhor Presidente acabou de falar tanto sobre isso e afinal para 2026 não é atribuído nada. Há aqui qualquer coisa que também não percebo, mas, estará escondida qualquer coisa.

Voltando apenas a aparecer este topo norte nos anos 2027, 2028 e 2029. Não aparece justificada a razão por que se pretende retirar à mobilidade uma quantia de vários milhões de euros. Será que o Governo autárquico socialista presente pretende não dotar o concelho devido a mobilidade aceitável? Possivelmente considera a presente mobilidade boa. Suponho que a maioria dos leirienses queixa-se que a mobilidade está cada vez pior, mas aqui parece que não.

Quanto ao 3º quadro relativo ao GOP (Grandes Opções do Plano) verifica-se que estes juntam-se os dois quadros anteriores, portanto, não tem discussão.

Passando a conclusões verificamos que, à semelhança da alteração orçamental nº VI, que já tratámos, a nº VII não temos conhecimento dela qual foi e a nº VIII que é presença para 2025 nada há de novo porque não se altera nem na VI nem na VIII, na VII não sei, não temos, não tenho dados sobre ela, apenas se brinca com números relativos aos anos seguintes.

Concluimos deste modo que a presente reunião não era necessária se os serviços técnicos da CML tivessem feito um trabalho mais cuidadoso para a preparação da reunião anterior. A não ser que, o Executivo tenha algo escondido que não pretende mostrar a esta Assembleia.

Acréscimo que, só em senhas de presença, excluindo os membros eleitos pelas freguesias e as despesas relativas à sala de reuniões, existirá uma despesa de 2,700 € a pagar pelo contribuinte! O total será de certeza bastante mais elevado. Eu não sei se os elementos das juntas de freguesia também têm senhas de presença, não está escrito no local da, da Assembleia Municipal. O total, portanto, será bastante mais elevado que os 2700 euros.

Perante a falta de esclarecimento sobre os objetivos e o forte ataque ao processo de mobilidade futuro, eu irei votar contra.

Tenho dito."

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo - PCP

Transcrição:

"Boa noite, senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e também quem está a ver-nos em casa.

Estamos, de facto, aqui hoje a discutir a VIII modificação ao orçamento municipal para o ano de 2025, enfim, a VII, de facto, ficámos sem saber o que se passava. Assim, diz a ordem de trabalhos e a deliberação desta câmara, deliberação curiosa que não encontrou um espaço para dizer do que é que se trata. Devemos estar em maré de poupança, poupança de palavras, poupança de informação ou do órgão decisor. Segundo o mapa de alteração ao PPI esta refere-se ao projeto do centro associativo e de negócios topo norte deste estádio, a câmara para não fugir à regra não respeita esta Assembleia, porquê? Primeiro, produz uma deliberação sem objeto concreto e incompleta, segundo, porque remete para a comunicação social que esteve presente na reunião de câmara a função de prestadora de informação é esta assembleia, é, portanto, através de imprensa que sabemos resumidamente de que se trata, mas aqui, curiosamente, o nome é aparentemente mais pomposo, Centro de Inovação de Leiria, mas na chiquérrima versão Leiria Innovation Hub. Quanto à substância, então temos que dizer o seguinte, nomes à parte do que se trata é fundamentalmente instalar serviços municipais, seja isso inovador ou não, mas trata-se de uma alteração substancial relativamente ao prometido em poderosa campanha que ainda há poucos anos, tão poucos que poderíamos dizer recentemente, propagandeava um parque tecnológico, nome também em versão anglófona para ser absolutamente chique, para aquele edifício e quanto custou esta campanha e projeto encomendado? Temos o direito e até o dever de ter essa informação. Agora muito se altera e de nada a Assembleia é informada e muito menos auscultada, um facto consumado, pouca conversa, pegar ou largar, é através da imprensa que sabemos da existência de um documento apresentado na reunião de câmara que não nos foi sequer apresentado e eu estava com a esperança que hoje pudéssemos ter acesso a ele, mas não e que se destina o investimento total para o topo norte de mais de 18 milhões de euros, mas esta operação é mais comezinha, a imprensa não nos diz qual o valor de investimento, dá conta apenas que a câmara disse que obtiveram financiamento do FEDER de 3,5 milhões de euros aqui e 1,9 milhões de euros ali que é pouquinho, mas melhor do que nada, há que aproveitar. Não informando a imprensa sobre a taxa de participação, a câmara deixou-nos na ignorância sobre o montante do investimento previsto para esta fase, isto só por si é revelador da realidade preocupante, uma gestão municipal marcada pela falta de planeamento, de rigor orçamental, de visão estratégica e acima de tudo de respeito por esta Assembleia. Este, como temos denunciado, é um exemplo municipal que navega à vista sem um plano claro, sem prioridades bem definidas e muito menos que uma estratégia articulada para responder às reais necessidades da população de Leiria, mas que serve de propaganda em doses generosas. Os desafios do concelho são muitos, o acesso à habitação continua a ser um problema grave, os transportes públicos não dão resposta às exigências de uma mobilidade sustentável, bairros urbanos e freguesias que continuam esquecidos no mapa

das prioridades da câmara, alimentação sem qualidade em várias escolas da nossa, do nosso concelho, ainda há 15 dias, ainda há 15 dias alimentos em mau estado de conservação provocaram distúrbios gastrointestinais em várias crianças na escola branca e na escola amarela, a rede de água em mau estado e sempre com ruturas, pavimentos em mau estado há anos, falta de espaços públicos. Exigimos um Executivo mais do que remendos, exigimos ao Executivo mais do que remendos sucessivos, exigimos uma gestão pública que pense no futuro do concelho com responsabilidade, que envolva as populações, que planeie com base nas reais necessidades e que seja transparente nos seus critérios. O que tem sido visto é o contrário, orçamentos e planos que se modificam constantemente sem que a Assembleia nem os munícipes tenham o verdadeiro debate público sobre o rumo das finanças municipais, esta prática compromete a confiança democrática e retira ao concelho a capacidade de se desenvolver com justiça social e coesão territorial, por isso, o nosso voto não pode ser de aprovação, Leiria merece mais, Leiria merece melhor. Obrigada.”

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha - BE

Transcrição:

“Exmo. senhor Presidente, permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes e todos aqueles que nos seguem em casa.

A deputada Joana Cartaxo esvaziou a minha intervenção por completo e eu quero aqui dizer que subscrevo na íntegra e assino por baixo tudo o que por ela foi dito, designadamente a falta de respeito que tem acontecido com esta Assembleia Municipal e gostaria de frisar também aqui um ponto que o meu caro camarada do PSD referiu, é, para mim são todos camaradas, referiu que é o seguinte, por que razão esta alteração, este ponto que estamos aqui a discutir não foi discutido no dia 29 de abril? Houve aqui um erro de alguém? Será que o município não sabia a 29 de abril toda esta dinâmica que nos leva hoje aqui no dia 20 de maio, terça-feira, às 9 da noite a vir discutir esse ponto? Eu não me importo nada de vir e estar presente nas assembleias, fui eleito para isso e continuarei a vir sempre que for chamado com todo o gosto, não podemos é, se calhar, estar aqui a compactuar com erros que não temos conhecimento quem foram, eu gostava de saber então por que razão é que não foi no dia 29 de abril e por que razão também é que não poderia ser em junho que estaríamos a discutir este ponto porque afinal de contas a ordem de trabalhos é o município, é o Executivo que a apresenta e já nos apresentou, já nos brindou às vezes com 30, 40 pontos também não seria agora por causa disso que a gente se iria incomodar. Tenho dito, obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Júlio de Jesus - PS

Transcrição:

“Júlio Jesus, PS.



Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os presentes e os que nos acompanham on-line. Boa noite a todos os presentes.

Em cumprimento de uma norma legal estamos aqui hoje para aprovar a 8ª modificação ao orçamento municipal, com incidência em projetos e despesas com mais de um ano económico de execução, ou de novos projetos de investimento, não agravando o valor global de orçamento aprovado.

Os motivos e as explicações que originam o reescalamento dos compromissos contratuais com diferimento de encargos para o presente ano e os futuros estão claros na deliberação da camara (e na informação prestada pelo presidente), contudo fazemos aqui uma breve análise da nossa parte.

Reforço nas despesas correntes em funções sociais, área onde o executivo dedica especial atenção, no montante de 150.000€:

- 25.000€ serviços de cemitérios;*
- 25.000€ atividades de proteção animal;*
- 100.000€ ações de descentralização da ação social.*

Quanto aos reforços / alterações nas despesas de investimento é reforçado o valor de investimento em 800.000€ nas funções sociais de apoio às crianças e infância sendo esta uma área absolutamente critica para a população e futuro da região.

Este reforço de investimento é destinado ao apoio à construção de novas creches e ou alargamento de creches já existentes no âmbito do PRR (Plano de Resiliência e Recuperação) e mostra claramente o compromisso da autarquia com as freguesias e as suas pessoas.

Investimento no Centro Associativo e de Negócios do Topo Norte do Estádio.

Esta modificação e adequação do orçamento é motivo de satisfação e surge por boas razões, o projeto pensado e projetado para o topo norte conta com apoio e financiamento comunitário.

Um investimento que vai permitir concluir o topo norte do estádio, um projeto desejado e impactante para o futuro de Leiria.

Um investimento para acolher novas e atuais empresas de base tecnológica em áreas de valor acrescentado económico e social com especial foco na mobilidade do futuro, inovação sustentável e economia verde, contribuindo para que Leiria continue a atrair jovens qualificados, empresas e projetos de futuro.

Este investimento é estimado em 18 milhões de euros, apoiado por fundos comunitários de 3,5 milhões de euros e eventualmente outros apoios que venham a ser possíveis de obter, com o projeto de execução da obra prevista para 48 meses no período de 2025 a 2029.

Foi, pois, necessário adequar o orçamento e a sua dotação para os anos seguintes dando assim início a todos os procedimentos legais referentes ao projeto que deve estar em curso

e ou em adjudicação durante o ano de 2025 de forma a garantir o apoio e respetivo financiamento através da candidatura.

Vamos, pois, votar favoravelmente esta modificação ao orçamento.

Uma palavra ao senhor deputado Pereira de Melo, do PSD, estes Executivo nunca teve o hábito de fazer campanha eleitoral com dinheiros públicos nas freguesias, mas este Executivo, mais do que qualquer um outro, valoriza e trabalha em conjunto com as freguesias e as pessoas, que são quem estão mais próximas e conhecedores das suas necessidades.

Deve estar enganado no partido!

Obrigado.”

Intervenção do senhor deputado Luís Paulo Fernandes - CHEGA

Transcrição:

“Boa noite, obrigado, senhor Presidente, cumprimento todos na pessoa do senhor Presidente.

Dizer o seguinte, não tinha preparado a intervenção, esperava ser esclarecido e fui esclarecido durante 17 minutos pelo senhor Presidente. Estive muito atento à intervenção do senhor deputado Pereira de Melo e aproveito para lhe dar os parabéns e para subscrever o conhecimento e a forma serena como, como elucidou esta Assembleia, também subscreve as palavras do Partido Comunista, da senhora deputada Joana Cartaxo, do Bloco de Esquerda também e penso que a oposição está unida nesta crítica, senhor Presidente, porque, efetivamente, vindo do CHEGA estão habituados a que seja só crítica, crítica, podemos observar os partidos da oposição estão unidos nesta crítica da falta de respeito à Assembleia Municipal e quero deixar um apelo, um apelo muito sério, ponderem porque se, efetivamente, temos uma assembleia em junho, a outra não sabemos se havemos de a realizar por causa das eleições autárquicas, ponderem, ainda vamos a tempo, os apoios, muito provavelmente ainda vai a tempo, e é demasiado arriscado falarmos assim, não sabemos se temos empresas, não sabemos, não sabemos como é que vamos utilizar, portanto, em ano de eleições com a oposição em oposição, unida, o apelo é que pondere e para o ano, se entretanto ganhar as eleições, voltamos a falar do assunto. Muito obrigado a todos. Boa noite.”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal

Transcrição:

“Muito obrigado, senhor Presidente.

Fazer alguns esclarecimentos e fazer uma intervenção relativamente genérica também porque transversalmente percebi que há aqui um conjunto de críticas que são comuns. Uma tem a ver com esta questão de colocar esta alteração, esta modificação orçamental num patamar ou numa apresentação em que anteriores não foram apresentadas na

Assembleia Municipal, pronto, e como o senhor deputado sabe ou julgo que sabe há modificações orçamentais que são da competência do Presidente da câmara ou da câmara municipal e essas não costumam vir aqui, as que precisam de vir aqui são aquelas que têm implicações plurianuais, portanto, se há algum número de alguma modificação que não vem aqui é porque estão inseridas naquelas em que a Assembleia não tem que votar, no entanto, qualquer deputado que queira ter acesso a essas modificações pode solicitá-las aos serviços e, portanto, está esclarecido, não há aqui nenhuma falta de transparência, é mesmo, vêm aqui aquelas que têm que vir e esta é uma daquelas que tem que vir pela sua importância, não é? É o órgão mais importante da câmara, ninguém altera orçamentos com implicações futuras sem ter o apoio e a votação do órgão próprio que é a Assembleia Municipal, como bem sabe, portanto, esse assunto acho que fica esclarecido. Depois, o que é que mudou entre a última Assembleia Municipal e esta? Também expliquei, portanto, há uma nova candidatura, há uma candidatura que foi submetida, que mereceu uma pré-aprovação, assim que tivemos conhecimento dessa aprovação depois de 29 de abril. A candidatura terá que ser agora confirmada com um plano de ação até ao final deste mês e nós queremos que essa alteração, que essa candidatura tenha suporte orçamental para dar força política à nossa, ao nosso pedido de financiamento e se conseguirmos fazer isso poderemos ter a capacidade de captar 3,5 milhões de euros. Se não fizéssemos esta alteração podemos estar sujeitos ou a não receber qualquer tipo de apoio ou um apoio muito inferior, portanto, optámos por logo a seguir à reunião de 29 em que não tínhamos informação sobre esta candidatura de fazer esta alteração para dar suporte ao plano de ação final e só depois é que virá o apoio final e o apoio final, o nosso desejo, que é o nosso pedido, é que seja de 3,5 milhões de euros, mas isso tem que estar refletido no nosso orçamento e, como disse, não ficarei satisfeito ainda com esse apoio ainda vou ter que arranjar outras candidaturas, pelo menos até chegar aos 5 milhões, mas só os consigo alcançar se fizer esta modificação orçamental. Depois, e também disse que não fiz esta obra ou não lancei esta obra mais cedo porque não tenho segurança de que este investimento tenha que ser assumido a 100% do orçamento da câmara, é por isso que digo, acho que é importante termos o conforto, a almofada de um financiamento comunitário, um ou dois, de modo a que o impacto financeiro nas contas do município nos próximos anos não se transforme e adie e que fique prejudicado noutros projetos que temos em curso porque como está previsto este impacto anual na ordem dos 4 ou 5 milhões de euros, conforme o ano, tem obrigatoriamente consequências noutros investimentos que não podemos fazer, pronto. Por outro lado, há a questão da própria Assembleia Municipal, porque é que foi marcada, o custo da Assembleia, senhor deputado fico muito sensibilizado com as questões das contas do município e posso-lhe informar que caso não queira receber senha de presença pode deixá-la na Câmara Municipal, nós ficamos agradecidos e isso

aplica-se aos outros todos relativamente ao custo desta Assembleia já que isso a preocupa. Depois, respondendo às questões se isto é uma obra chique, se não é chique, se é prioritária ou não, bem, eu acho que temos que ter uma visão sobre a economia, sobre o mercado, sobre as tendências que ultrapasse um pensamento muito antigo e um pensamento em que penso numa autarquia em que as autarquias são os principais empregadores dos concelhos e que tudo tem que ser assente numa economia muito centralizada e muito planeada na lógica interna dos municípios ou do próprio Estado. O que nós estamos a assistir é uma mudança da economia global, onde há um conjunto de empresas e de profissões que vão ter mais futuro do que outras, nós vamos assistir a uma indústria cada vez mais robotizada e vamos assistir a uma indústria cada vez mais dependente quando não está robotizada de mão de obra estrangeira e vamos assistir a um conjunto de profissões aos quais as futuras gerações terão interesse em ter e que só vão encontrar essas profissões nas cidades que tiverem capacidade de as atrair e fixar. O que nós temos feito nos últimos anos, eu sei que isso não é, se calhar, a mesma visão nem do Bloco de Esquerda nem da CDU, mas se, se nós fizermos a obra que fizemos no mercado municipal com a criação da start-up, permitiu captar empresas para este tipo de atividade, estamos a falar de tecnológicas, serviços, indústria de ponta, tecnológica com o mercado de trabalho muito assente naquelas que têm tendências de procura de jovens e evitar assim fuga de talento para o estrangeiro, se nós não tivermos uma capacidade de ter uma oferta de espaços nessa área, se o mercado atual de construção não oferece escritórios ao mercado porque têm outras prioridades, nomeadamente a habitação de luxo, nós achamos que este tipo de oferta não existindo capacidade por parte, já falo das freguesias, já lá vou, o constituir atividades económicas nesta área tem mudado o paradigma de Leiria e não somos nós que o dissemos, nós estamos atualmente a nível do país como a 3ª cidade com melhor ecossistema para a inovação e para a captação de investimento na área tecnológica, só estamos, à nossa frente só está Lisboa e Porto. Do ano passado para este foi o concelho do país que mais cresceu, portanto, num ranking mundial em que há mil cidades neste ranking e nós estamos nessas mil e só se faz com este tipo de investimento e se não o fizermos os municípios que apostarem na captação de empresas tecnológicas daquelas que geram e que apoiam e que têm disponível e que querem atrair mão de obra especializada daquela que gera emprego, são aquelas que são atrativas para os jovens, se nós não preenchermos não só não atraímos depois como empresas que hoje, que ainda há pouco falei de algumas e que são empresas que já faturam muito, amanhã vão para outro sítio. A Tekever, das Caldas da Rainha, também quando apareceu ninguém na altura dava nada por ela, hoje é um unicórnio. Empresas como a Voith, é um exemplo que conheço bem por questões de amizade e de confiança e conheço a empresa, ela está em Leiria, tem vindo a crescer, mas conseguíssemos ter mais Voiths nós tínhamos mais emprego, mais massa crítica, mais

talento cá. E elas conseguiram arranjar um centro comercial Dom Dinis, mas nós não temos muito espaço disponível para mais, para mais empresas deste género virem cá fixar-se. Se atualmente a start-up está repleta de empresas, está a querer ampliar é sinal que nós temos procura nesta área e se nós não conseguirmos nos próximos 4 anos ter um espaço para conseguir captar essas empresas elas não virão para cá, irão para Coimbra, irão para Aveiro e nós vamos perder esse barco, é tão simples quanto isso. O investimento, qual é o problema? Eh, pá, de facto, fazer um prédio destas dimensões é um investimento arriscado e é caro e é por isso que vem à Assembleia, bem e se fosse seguro, se fosse automaticamente, se o payback fosse rápido a própria câmara já o tinha feito, a gente sabe que tem tarefa difícil, estou a assumir essa dificuldade, não a estou a esconder, eu não fiz como foi do estádio de Leiria em que disseram que iríamos alugar camarotes a preços brutais e que todo este investimento teria um retorno, mas posso-vos dizer, tem procura, é preciso trabalhar e vamos ter sucesso no alcançar de muitas destas etapas de (gravação impercetível) empresas, pode demorar, depois da obra feita pode demorar algum tempo, mas posso garantir que vai haver procura e se nós tivermos essa oferta, estas empresas não estão cá e se forem para outros sítios os cursos de informática, os cursos mais direcionados para estas áreas vão acabar por ir para outros concelhos ou para outros pontos do país, que essa é a parte que hoje interessa aos jovens e que tem mais procura nos cursos como o do Politécnico. Se associarmos aquilo que é a oferta para empresas a unidades de investigação na área de informática naquela área nós vamos criar um, vamos reforçar um ecossistema que vai todo concentrado no edifício central com estacionamento, mobilidade, etc., portanto, eu continuo a acreditar neste projeto, não sou só eu que acredito, o núcleo empresarial também, o Politécnico participou connosco na sua elaboração, no seu pensamento, há uma larga e alta abrangência e consenso da sua necessidade, da sua importância, portanto, é natural que se tivermos financiamento como eu comprometi, comunitário, nós ganhamos balanço e vamos e é isso que estou aqui hoje a pedir que é, acreditem que este projeto é um projeto que corrige algo do passado, é por isso que é importante que o PSD também perceba isto, o PSD esteve na construção do estádio, infelizmente, para Leiria não se conseguiu concretizar aquilo que era a sua estratégia que era captar investimento privado com um centro comercial para aquela, para o topo norte, já expliquei os motivos. De facto, foram momentos difíceis de crise, não se conseguiu, paciência, nós também não conseguimos, agora, eu também gostava de saber para aqueles que contestam esta solução de criar ali o Leiria Innovation Hub ligado aos escritórios, o que é que gostariam de fazer. De facto, a política moderna está mais do dizer contra do que dizer o que se quer fazer, não é? Mas eu gostava para aqueles que não concordam com aquela solução e que reclamam que deve haver um pensamento estratégico e um planeamento que alternativa encontram para o espaço. Era muito

*importante perceber, só assim é que se faz política a sério senão estamos a repetir aquilo que tanto condenamos na política moderna, pelo menos aqueles que têm, que são apoiantes de uma democracia participada em que se consegue argumentar os prós e contras de modo a construir uma solução relativamente abrangente e por isso, era importante compreender, se não for para escritórios, o que é que os partidos que hoje vão votar contra esta modificação porque acham que é chique, o que é que no vosso entender pelo menos os dois, uma vez que o BE também subscreve o que a CDU, pronto, tirou-lhe as palavras da boca e, curiosamente, o CHEGA também não se preparou e somou ao vosso pensamento, não é? Não teve tempo para se preparar. Eu pergunto, eu pergunto, este tema, este tema, este tema é por demais conhecido (**Presidente da Assembleia Municipal - Senhor deputado já teve oportunidade de falar, agora deixe o senhor Presidente da Câmara.**) O que está apenas a dar suporte aquilo que é uma coisa que vem no programa eleitoral, que há projetos que toda a gente conhece, que é o Centro Inovação, etc., só estamos a pedir que haja uma alteração orçamental para dar substância a isso, mas fica o desafio que é importante, é confortável para quem está na oposição dizer que não concorda. É tão fácil hoje na política moderna, é por isso que chegámos ao ponto que chegámos, agora, disserem que era um investimento chique (Presidente Assembleia Municipal – Senhor deputado, não é um debate, vamos deixar o senhor Presidente da Câmara concluir.) Depois, queria só concluir porque acho que no essencial há um enquadramento orçamental que é preciso ser feito agora pelos motivos que já expliquei. Se nós não o fizermos ainda durante este período de maio, junho, nós vamos adiar essa decisão para o próximo mandato, se adiarmos esta decisão para o próximo mandato, o início do procedimento e de concurso vai ficar só para o próximo ano. Se ficar para o próximo ano uma obra que, na melhor das hipóteses, nós estimamos em 4 anos que é muito otimista, porque o ritmo das nossas obras não está para obras de 4 milhões de euros por ano, basta só ver quanto é que demorou a fazer o centro escolar dos Marrazes, nós nunca mais vamos ter esta obra pronta, não é? E a questão não é do projeto estar mal feito, que até pode acontecer, nós hoje com a carga que existe do PRR e da falta de mão de obra e a falta de empresas de construção existindo um desequilíbrio naquilo que é que as lógicas construtivas que é, quando é habitação é de luxo, quando é obras públicas é os PRR e, portanto, sobra, e dentro dos PRR's estão a construção de escolas, a construção de creches, TGV, etc., como devem imaginar na economia portuguesa não há empresas de construção para este volume de investimento, para este ritmo e necessidade de investimento, quanto mais tarde nós entrarmos no comboio mais difícil será concretizar a obra atempadamente até ao fim do quadro comunitário. Portanto, está explicado o motivo da reunião extraordinária, e o motivo tem a ver com a necessidade de preparar candidaturas para fundos comunitários e dar suporte para uma obra que é plurianual, está*

explicado também porque é que não foi à última reunião, porque só depois da última reunião é que tivemos conhecimento de que havia uma pré-aprovação para este fundo comunitário de ITE urbana, onde tem uma carga importante as questões relacionadas com a mobilidade, também está explicado que hoje não estamos a aprovar a obra, hoje não estamos a aprovar a abertura do concurso, estamos a modificar o orçamento para que se consiga depois cumprir com estas etapas, quer das candidaturas, quer do futuro lançamento de empreitadas. Muito obrigado.”

O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o **Ponto ÚNICO** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **34 votos a favor** (30-PS, 3-PSD, 1-Independente), **2 votos contra** (1-PSD, 1-CHEGA) e **12 abstenções** (8-PSD, 1-BE, 1-PCP, 1-IL, 1-CDS-PP/MPT), a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **VIII Modificação ao Orçamento Municipal para o ano de 2025**.

DECLARAÇÃO VOTO

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo - PCP

Transcrição:

“Boa noite, senhoras e senhores, novamente.

Joana Cartaxo, PCP.

Portanto, eu venho fazer a declaração de voto porque, ao contrário daquilo que o senhor Presidente não percebeu, nós abstivemo-nos porque, de facto, nós concordamos com este investimento, aliás, já há muito tempo que falamos dele, o que o senhor Presidente continua a não perceber, e isso sim é grave, é que esta Assembleia merece respeito e, portanto, o senhor, o senhor Presidente quando diz que teve que fazer esta Assembleia porque souberam agora e, portanto, teve que ser agora, tinha que ser agora, nós sabemos pela segurança, pela, pela imprensa que este, que este assunto já está a ser falado há muito tempo, isto é falta de respeito com a Assembleia Municipal e, portanto, e, portanto, só por causa disto faço a declaração de voto, nós não somos contra o investimento, sempre **(Presidente da Assembleia Municipal - Senhora deputada, uma declaração de voto é uma coisa sucinta, faz favor, senhora deputada. Senhora deputada, faz favor)** Está feito.

O senhor deputado Manuel Azenha prescindiou da apresentação de declaração de voto.

De seguida foi colocado a votação o Ponto Único da Ordem de Trabalhos, tendo a Assembleia Municipal de Leiria **deliberado por unanimidade** a sua aprovação em minuta, de acordo com o ponto 3 do Artº 57º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal** encerrada a sessão, eram **22h10** horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal** e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de junho de 2025, **deliberou por unanimidade aprovar a ata.**

O Presidente da Assembleia Municipal de Leiria

António Lacerda Sales

Assinado por: António Lacerda Sales
Num. de Identificação: BI04380879
Data: 18-07-2025 16:55:36 +01:00



A Técnica Superior

Catarina Isabel dos Santos Clemente